

MARTA TRES

**A QUESTÃO DA DISCIPLINA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO ESCOLAR**

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista no Curso de Pós Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Maria Célia Barbosa Aires

**CURITIBA
2009**

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me guiado através de sua luz.
Aos meus familiares, que juntos trocaram palavras de apoio e me ensinaram a ter confiança, a acreditar em meus sonhos.

A minha orientadora, Maria Célia Barbosa Aires, que através de sua dedicação mostrou companheirismo, confirmando que há ainda muitos caminhos a percorrer.

Aos amigos que comigo permaneceram ao longo desta trajetória evidenciando que o que se conserva entre nós são: laços de lealdade, saber e amizade.

“O ser humano é o mais complexo, o mais variado e o mais inesperado dentre todos os seres do universo conhecido. Relacionar-se com ele, lidar com ele, haver com ele é, por isso, a mais emocionante das aventuras. Em nenhuma outra assumimos tanto o risco de nos envolver, de nos deixar seduzir, arrastar, dominar, encantar...”

José Angelo Gaiarsa

“Disciplina é liberdade, compaixão é fortaleza, ter bondade é ter coragem”

Renato Russo

“Disciplina é a capacidade de comandar a si mesmo.”

Antonio Gramsci

RESUMO

O presente estudo constitui-se em uma reflexão acerca da questão da indisciplina escolar. Esta questão, deixou de ser um aspecto particular no cotidiano das escolas, generalizando-se como um dos grandes problemas escolares da atualidade, sendo considerada um obstáculo para o processo ensino-aprendizagem, em diferentes âmbitos educativos. Sendo assim, este fenômeno, é, aqui, estudado da perspectiva da literatura, da análise documental de propostas pedagógicas e de educadores que, cotidianamente, em um dado contexto escolar, vivenciam as contradições e as dificuldades que este problema agrega ao sistema público educacional. Assim, o compromisso deste estudo vai na direção de contribuir na busca de alternativas para o enfrentamento destas contradições e dificuldades como fator de melhoria da qualidade das relações entre os sujeitos envolvidos no cotidiano escolar, e, em última instância, de aprimoramento da organização do trabalho pedagógico escolar de molde a propiciar a formação de alunos autônomos e críticos; em outras palavras, qualificados para uma inserção transformadora na realidade em que vivem.

Palavras-chave: Indisciplina. Cotidiano escolar. Processo Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This study is in itself a reflection on the issue of school indiscipline. This issue is no longer a particular aspect of daily life in schools, widespread as a major problem in schools today and is considered an obstacle to the teaching-learning in different educational fields. Thus, this phenomenon is, here, studied from the perspective of the literature, documentary analysis proposals pedagogic as of and educators who, daily, in a school context, experience the contradictions and difficulties that this problem adds to the public education system. Thus, the commitment of this study will contribute towards the search for alternatives to confront these contradictions and difficulties as a factor in improving the quality of relationships between individuals involved in the daily school and, ultimately, to improve the organization of work teaching school in order to provide training for students independent and critical, in other words, qualified for inclusion in the reality sector in which they live.

keywords: Indiscipline. daily school. teaching-learning process.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- PROFESSOR - ALUNOS.....	14
FIGURA 2- ALUNO DESMOTIVADO.....	15
FIGURA 3- ALUNO DISTRAÍDO.....	22

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- FORMAÇÃO.....	30
TABELA 2 - TEMPO DE ATUAÇÃO.....	31

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	08
2- REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1 A DIMENSÃO POLÍTICO -PEDAGÓGICA DA DISCIPLINA.....	12
2.2 A DISCIPLINA NA ORGANIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	16
2.3 DISCIPLINA E QUALIDADE DE ENSINO.....	24
3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4- RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
4.1 CONTEXTO ESCOLAR PESQUISADO.....	31
4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE BRUSQUE.....	32
4.3 PROBLEMA A SER ESTUDADO.....	32
4.4 RELAÇÃO PROFESSOR / ALUNO.....	33
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6- REFERENCIAS	39
7- ANEXOS	42

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto histórico, denominado de “pós-modernidade”, as relações humanas estão cada vez mais conflituosas. As convicções do mundo moderno foram substituídas por dúvidas e incertezas. A perplexidade presente em diferentes instituições educacionais se reflete também no âmbito escolar.

“A educação, processo de desenvolvimento essencial ao ser humano, não é estática porque acompanha a evolução e, portanto, é dinâmica e adaptável a cada novo tempo que chega. Não obstante, são criados modelos de se educar que permanecem por determinado período, às vezes longo, nas famílias, escolas e organizações. Há uma constante preocupação quanto à validade de cada modelo, a sua obsolescência ou tempo de vida útil, levando muitos estudiosos a compreender o momento em que vive a sua sociedade e as novas demandas educacionais”. (GONÇALVES, 2003. p.96)

Anterior à pedagogia da atualidade, o processo ensino aprendizagem era, em sua grande maioria, influenciado pela Pedagogia Tecnicista, ou seja, inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Regida, nesse sentido pelo modelo sócio-político da época no qual vigorava a ditadura militar. Em destaque suas principais características, no que diz respeito à escola, professor e aluno:

- A escola exercia a função de modeladora do comportamento humano, objetivando inseri-lo no contexto social;
- O professor transmitia e reproduzia conhecimento de forma eficiente e eficaz, sendo necessário uma boa organização do trabalho pedagógico. Nesse sentido, a relação professor x aluno baseava-se no autoritarismo.

Na sociedade Contemporânea, caracterizada por um fluxo intenso de informações, a teoria educacional propõem à escola promover a autonomia do aluno, a fim de que possa intervir no processo de transformação de seu contexto social. Assim:

- A escola tem como função principal difundir o conhecimento com significado histórico e social, servindo aos interesses populares, objetivando a transformação social.
- O professor não é um mero repassador de informações, mas um mediador do conhecimento, a aprendizagem é um processo dinâmico, que visa promover a autonomia do aluno. Dessa maneira, o aluno deve

ser ativo, curioso e criativo, a fim de que desenvolva seus próprios conceitos e opiniões.

Neste sentido, a educação escolar compromete-se com o desenvolvimento total da pessoa. À escola cabe contribuir para preparar o cidadão a fim de que ele possa ter autonomia, saiba criticar e tomar decisões por si mesmo. Cabe a ela, promover a liberdade de pensamento, sentimento e imaginação no intuito de desenvolver seus talentos.

Não obstante, a cada ano que passa, a ação comportamental dos educandos vem tomando espaço dentre as problemáticas mais debatidas pelos educadores em diferentes espaços de reflexão e estudo. É muito comum, nos diálogos estabelecidos com professores, ouvirmos relatos e queixas sobre a indisciplina e a falta de limites dos alunos em sala de aula.

Percebe-se então que, a indisciplina escolar tem representado nos últimos tempos, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino. Esta realidade, especialmente no cotidiano da sala de aula, constitui-se num desafio para os professores, que precisam superar esses obstáculos para efetivarem e significarem a prática pedagógica.

Aquino (1996, p.40) afirma que, “a indisciplina é um obstáculo ao processo ensino-aprendizagem e tornou-se o inimigo número um do educador atual”.

Os professores afirmam que em sala de aula, a indisciplina manifesta-se na ação comportamental dos educandos, de várias maneiras: desordem, conversas paralelas intensas, falta de concentração e interesse, enfrentamento a professores e autoridades pedagógicas da escola, e no aspecto mais intenso, a agressividade.

A esse respeito, Aquino (1996. p.40) diz:

“Os relatos dos professores testemunham que a questão disciplinar é, atualmente, uma das dificuldades fundamentais quanto ao trabalho escolar. Segundo eles, o ensino teria como um de seus obstáculos centrais a conduta desordenada dos alunos, traduzidas em termos como: bagunça, tumulto, falta de limite, maus comportamentos, desrespeito às figuras de autoridade, etc”.
(AQUINO, 1996, p.40)

Entendemos que, tanto o comportamento como o comprometimento do aluno, são fatores preponderantes para o bom andamento e desenvolvimento das aulas. Sendo assim, a indisciplina, de certa forma “asfixia” professores e estudantes e é

impossível desconsiderá-la, pois interfere de forma decisiva no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, evidencia-se a necessidade de estudar cientificamente a questão para superar os possíveis obstáculos à prática pedagógica. No entanto, faz-se necessário, tomar o devido cuidado para não cair num retorno ao disciplinamento do aluno, enquanto subordinação ao mercado de trabalho. Para tanto, é imprescindível refletir sobre o conceito de disciplina, buscando adequá-la a um objetivo educacional, que colabore para uma melhor organização escolar na direção da apropriação do saber, entendendo-a como um elemento de transformação, que proporcione ao educando autonomia, liberdade e senso crítico.

Como afirma Franco (1986, p.56):

“Só se alcança a disciplina através do trabalho conseqüente do coletivo da escola, de uma escola onde cada aluno se sinta feliz e co-responsável pelo êxito escolar, uma escola em que cada aluno deve estar convencido de que a disciplina é a forma de melhor conseguir o fim visado pela coletividade”. (FRANCO, 1986, p.56)

Relevante é também debater sobre esta questão democraticamente, envolvendo todos os atores escolares, na construção, implementação e avaliação do projeto político pedagógico, visando avançar na compreensão e superação do problema.

A complexidade e os importantes desdobramentos da questão da (in) disciplina na escola justificam o interesse pessoal num estudo mais abrangente, desta temática, objetivando propor encaminhamentos para a organização do trabalho pedagógico no sentido da superação do problema.

Entendemos que para isso, faz-se necessário analisar todos os segmentos da comunidade escolar, ponderar suas concepções de disciplina em sua dimensão político-pedagógica, dos encaminhamentos ou estratégias no sentido de sua efetiva constituição na organização do trabalho pedagógico e da vinculação da questão à qualidade do ensino.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Vivemos em um mundo, no qual as crianças têm acesso desde cedo à tecnologia e informação de massa, estando assim, expostas, de várias formas e precocemente, às crucias contradições e problemáticas da realidade em que vivem. Juntamente com a informação, a criança vai aprendendo, por exemplo, a banalizar a violência, vai incorporando a falta de valores e de respeito a regras e ao outro, falta de limites, enfim, falta de perspectivas, e isso repercute diretamente no comportamento do aluno na sala de aula e na escola. A escola, por ser também uma instituição social e cultural, reproduz práticas que fomentam no aluno algumas atitudes (in) disciplinadas, podendo ter sua origem na forma como vem articulando o seu tempo e espaço escolar.

Na escola, especificamente, a indisciplina se traduz por meio de um comportamento que não condiz com as normas escolares necessárias a um bom trabalho pedagógico escolar, sejam estas explícitas ou implícitas. Quando os alunos não conseguem ou não querem cumprir estas normas são chamados de indisciplinados. A inobservância de regras pode causar perturbação das aulas, afetar as relações entre alunos, conflitos na relação professor-aluno, questionamento da autoridade do professor e, em alguns casos, atos de violência e vandalismo.

É sabido que as manifestações de indisciplina na escola possuem origens variadas. O próprio aluno traz em si uma indisciplina potencial, visto que a escola normalmente não é uma escolha dele (pelo menos nas séries iniciais), mas uma imposição da família ou da sociedade. Os grupos aos quais os alunos pertencem influenciam muito no comportamento dos adolescentes. Algumas manifestações de indisciplina não passam de mera imitação de modelos de comportamentos de certos grupos. E a própria estruturação da escola e as sucessivas mudanças no sistema educacional, às vezes, provoca indisciplina. Mudanças constantes nas regras causam a impressão, para alunos e professores, de que o espaço escolar não possui seriedade e legitimidade para exigir certos comportamentos. Mais importante que identificar as origens e os culpados dos problemas disciplinares, é refletir sobre a importância da relação professor-aluno na resolução destes conflitos.

Como subsídios a este processo reflexivo, o presente estudo buscou na pesquisa bibliográfica, conhecer as diferentes formas de contribuição científica que

se realizam sobre o tema, e nas vivências de uma amostra de professores, estabelecer uma interlocução com a prática pedagógica.

2.1 A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA DISCIPLINA

É oportuno iniciar esta reflexão mencionando Maria Rosa Colaço, uma grande educadora, que relata em seu texto: ***O primeiro encontro***, como se sentia, como era a escola, os alunos, o diretor e por fim o relacionamento dela com os alunos : “Companheira do sol e das raízes, cheguei à grande cidade. Numa mão levava o diploma, na outra o medo. O resto era história antiga da minha solidão e da minha esperança”. (Colaço *Apud* Piletti, 1986, p. 256)

Sobre a escola e os alunos:

“A escola que me deram, não era um desses poéticos lugares, brancos e cheio de flores com que sonhamos no fim do curso: era um velho primeiro andar, de uma rua suja de sal, pregões e umidade. Os rapazes que me deram também não tinham nada de comum com esses meninos de bata branca, formais nos primeiros dias de aula e que as mãezinhas nos entregam como se fossem porcelana”. (Colaço *Apud* Piletti, 1986, p. 256)

Ao adentrar na sala de aula com seus quarenta e cinco alunos foi acompanhada pelo diretor que lhe disse:

“Este é seu reino e aqui tem os seus ‘meninos’...Se tiver sarilhos, há de tê-los, mas não estranhe – a esquadra da policia fica no fim da rua. E eu estou ao seu dispor. Para as necessidades imediatas aqui tem isso. Tem que escolher desde o principio: ou a Senhora ou eles”. (Colaço *Apud* Piletti, 1986, p. 256)

Em silêncio pensava. Fitou seus alunos e após curto tempo decidiu-se:

“...peguei a régua que o diretor acabara de oferecer-me como apoio e dei-a ao que me pareceu mais velho: Toma! Vai atirar fora. E depois, não sei que lhes disse. Mas a fome de ternura era neles, como o sol, a chuva e o desconforto. E como éramos primários, pobres e sozinhos, estabelecemos desde aquela hora um entendimento lúcido e discreto. E foi assim que ficamos solidários e amigos – para sempre”. (Colaço *Apud* Piletti, 1986, p. 256)

Ao tratar da questão da disciplina, uma vez que esta questão se apresenta, via de regra, atravessada por equívocos conceituais, impõe-se a revisão de conceitos para que os mesmos tenham significância em nossa reflexão.

“O conceito não é estático, uniforme, nem tampouco, universal. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade (...) podendo ter diferentes sentidos que dependerão das vivências de cada sujeito e do contexto em que forem aplicadas” (REGO, 1996, p. 84).

Na atual conjuntura não é apropriado mantermos o antigo conceito de disciplina, pois se entendermos a disciplina tão somente como um conjunto de normas a serem seguidas teremos a indisciplina traduzida de duas maneiras, como afirma Yves de La Taille (2002, p. 23): “a revolta contra estas normas, ou o desconhecimento delas. No primeiro caso, a indisciplina traduz-se por uma forma de desobediência insolente; no segundo, pelo caos dos comportamentos, pela desorganização das relações”.

À escola, como espaço educativo, cabe, de fato um papel humanizador e socializador, em consonância com os Princípios e Fins da Educação Nacional em sua legislação básica, ao afirmar que a educação seja inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana...” (Lei Nº 9.394/96, TÍTULO II), além de desenvolver habilidades que possibilitem à construção do conhecimento e dos valores necessários à conquista da cidadania plena.

Para esse fim, é necessário levar em conta a vida cotidiana daquele que “aprende” e a daquele que “ensina”, uma vez que cada um traz consigo elementos extrínsecos à realidade escolar, relevantes nas relações estabelecidas no ambiente escolar. Eles são uma referência permanente na ação educativa. Para isso, exige-se uma prática participativa, dialógica e democrática.



Professor-Alunos
Fonte: Revista Nova Escola.

"Encanto os alunos com o conhecimento. Procuo fazer com que fiquem vidrados no que eu falo. Tenho um vínculo afetivo com a classe, uma relação de amizade. Mas não esqueço que sou um adulto me relacionando com crianças que necessitam de uma autoridade dentro da sala". Giacom dá a receita de sucesso de suas aulas. "Só aprendi a dar aula depois que comecei a fazer contratos com os alunos". (Revista Nova Escola 07/05)

Nesse sentido, salienta-se a motivação como um dos fatores determinantes no êxito do processo aprendizagem. De acordo Gagné (*apud* TAPIA e FITA, 1999, p. 77) "A motivação é uma pré-condição para a aprendizagem". Sendo assim, podemos considerar como fundamental, a conexão entre motivação e relação professor-aluno, uma vez que o professor ao considerar e incentivar a expressão da individualidade de seus alunos, estará dando um grande passo na direção de um clima pedagógico propício para a construção da autonomia e da necessária disciplina escolar.

Nesse contexto, a educação exige um docente preparado, municiado de conhecimentos teóricos e práticos. Para isto deve preparar as suas aulas de maneira rica e variada, valorizando atividades expositivas, dinâmicas e lúdicas, fazendo com que o aluno construa o seu próprio conhecimento, desenvolvendo também a sua autonomia, evitando assim, a indisciplina em sala de aula.



Aluno que não está motivado se distrai facilmente.
Fonte: www.educarede.com.br.

Na visão de Libâneo (*apud* CANDAU, 2001 p.39):

“Os professores necessitam, pois, de uma sólida formação teórica – cultural e científica – para aprender a captar as distorções, as realidades sociais e escolares, desde as desigualdades sociais, as relações de poder, até as sutilezas da relação docente e das dificuldades dos alunos. Inclusive para captar as distorções sociais, culturais da sua própria prática”. (LIBÂNEO *apud* CANDAU,2001 p39)

A partir do exposto, percebe-se, que a figura do professor, e a relação que este estabelece com o aluno, são de suma importância para que o processo ensino-aprendizagem alcance êxito.

Maurici Tardif (*apud* CANDAU, 2001, p. 113), afirma que os professores ocupam na escola “uma posição fundamental em relação ao conjunto de agentes escolares: em seu trabalho cotidiano com os alunos, são eles os principais atores e mediadores da cultura e dos saberes escolares. Em suma, é sobre os ombros deles que repousa, no fim das contas, a missão educativa na escola”.

Então, são imprescindíveis, no âmbito escolar, professores comprometidos com a produção de saberes em sala de aula, que estes desenvolvam um vínculo afetivo como mediação na construção da autonomia do educando; é na essência deste vínculo que se desenvolve o processo educativo. Para Vieira Pinto (2003, p.33 e 35): “ A educação é um fato de ordem consciente”. Afirma ele que, “na forma superior, crítica, a educação se concebe como um diálogo entre dois homens, na verdade entre dois educadores. Daí que a educação seja uma forma particular de responsabilidade da ação entre os homens”.

Por outro lado, importa considerar que é nesse cenário que surge multifacetada, a questão da indisciplina, predominante e crucialmente, na relação estabelecida entre professor e alunos na sala de aula como fator impeditivo da consolidação do papel da escola na garantia de acesso ao conhecimento como fator de democratização da sociedade.

Nesse sentido, devemos compreender que, cada aluno tem seus valores e características pessoais, cabe ao professor analisar esse contexto e saber respeitar o aluno, seus valores e atitudes e a sua bagagem de conhecimento.

2.2A DISCIPLINA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR

Os equívocos conceituais em torno do significado da disciplina, no meio educacional, imprime à questão da disciplina, uma complexidade adicional. Muitos educadores entendem que disciplina se reduz: “a obter silêncio e docilidade, a passividade das crianças” (REGO, 1996, p. 85). Para grande parte dos professores, o aluno considerado disciplinado, é aquele cujo comportamento é “exemplar”, no que se refere ao comportamento durante as aulas: não fala muito, não atrapalha, estuda e aceita passivamente tudo o que lhe é dito ou proposto. Neste sentido afirma Vasconcellos (1998, p. 39): “O conceito de disciplina associado à obediência está muito presente no cotidiano da escola, mais ou menos conscientemente; isto porque há uma verdadeira “luta de classe”, onde o professor está procurando sobreviver, num contexto de tantos desgastes”. Sendo assim, os professores acreditam que os alunos deveriam colaborar com as aulas, ficando quietos enquanto eles apenas repassam os conteúdos.

Do mesmo modo, Rego (1996, p. 85) cita alguns entendimentos que as pessoas costumam compreender sobre indisciplina: “um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, intransigência, desacato traduzido na falta de educação ou de respeito pelas autoridades”.

A partir de tais considerações cremos que a tarefa de educar torna-se muito mais complexa, pois o professor acaba esperando um comportamento do aluno “ideal”. Muitos professores acreditam que o aluno disciplinado é aquele que obedece, que cede, sem questionar as regras e preceitos determinados pela escola. Para muitos professores o comportamento “indisciplinado” faz com que os próprios professores

fiquem desmotivados diante desses fatores: alunos desinteressados, desrespeitosos, agressivos e desobedientes.

Equívocos como estes, acabam por contribuir para uma prática pedagógica escolar que segue uma direção oposta à constituição da verdadeira disciplina, essencialmente associada à autonomia do aluno. A esse respeito Vasconcellos (1998, p. 41) argumenta: “Antes de tudo... nossa disciplina, como fenômeno moral e político, deve vir acompanhada de consciência, isto é, de uma noção do que é disciplina e para quê dela necessitamos”.

De acordo com Freller (2001, p. 18): “A disciplina pretendida pelos professores é aquela que, potencialmente promoveria o processo de ensino-aprendizagem, e o respeito entre os personagens escolares”.

A escola vem se caracterizando como um espaço marcado pela determinação de um perfil ideal de aluno, considerado pelos professores como disciplinados, ou seja, aqueles obedientes, calados, que acatam sempre as ordens dos professores.

Para construir a disciplina em sala de aula, além de um processo de conscientização, importa proceder, junto com os alunos, à reconceptualização da disciplina, basicamente, como “um processo de construção da auto-regulação que acontece através da interação social do sujeito com os outros e com a realidade”. (VASCONCELLOS, 1998, p. 46). Nesta interação indivíduo-sociedade, não se pode deixar de lado a importância de regras e limites. Diante disso, afirma Rego (1996, p. 86):

“A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros deste grupo social. A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. Nesse sentido, as normas deixam de ser vistas apenas como prescrições castradoras, e passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social”. (REGO, 1996, p.86)

Segundo La Taille (1994, p.9):

(...) as crianças devem sim aderir a regras (que implicam valores e formas de conduta) e estas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os ‘limites’ implicados por estas regras não devem vir apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não pode ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidas no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social - a família, a escola, e a sociedade como um todo. (LA TAILLE, 1994, p. 9)

Para Cardoso (1998, p.45), certa dose de teimosia é normal em toda criança e faz parte do processo evolutivo infantil. Porém, quando essa teimosia se torna um hábito persistente e exacerbado, acompanhado de atitudes agressivas, é um sinal que alguma coisa não está funcionando na relação com os pais, com a própria criança e com o mundo.

A teimosia e a ausência de limites podem estar mascarando uma insatisfação da criança com o seu ambiente e um desejo de mudá-lo. Dessa forma, devemos conhecer a criança, sua realidade social, estabelecendo com ela a necessária relação afetiva. A teimosia da criança demanda um olhar sensível do adulto no sentido de perceber suas origens, suas causas, que muitas vezes estão no próprio ambiente dos pequenos; “se o ambiente é hostil, se existe violência ou ausência de pessoas que estabeleçam ligações afetivas com a criança, ela naturalmente vai receber o impacto desta situação.” (LIMA, 2001, p.11). Então a própria teimosia pode ser analisada como um comportamento por parte da criança diante de inúmeros impactos provocados pelos adultos que a rodeiam.

O estabelecimento de limites segundo Cardoso (1998, p.45) “é algo indispensável para a formação da personalidade infantil. Estabelecer limites significa dar a noção de realidade à criança”.

Através da convivência, a criança vai criando a sua própria identidade e personalidade imersa em sua cultura, vai construindo seus padrões de comportamento. Segundo Vygotsky (*apud* REGO,1996, p.96), ninguém nasce indisciplinado, ou seja, os comportamentos da criança dependerão de sua experiência, de sua história educativa, que por sua vez, sempre terá relações com as características do grupo social e da época histórica em que se insere.

Nessa perspectiva, o comportamento indisciplinado não resulta de fatores isolados e sim, da multiplicidade de influências que recaem sobre a própria criança.

Estas influências, segundo Vygotsky (*apud* REGO,1996, p.96) não agem de forma isolada ou independente, elas agem no processo das interações sociais; em que a criança está diretamente envolvida, interagindo em vários ambientes ou instituições, com diferentes elementos: pessoas, meios de comunicação, livros, brinquedos, entre outros.

Dentre essas instituições está a escola que oferece informações e experiências novas para as crianças, capazes de provocar transformações e de desencadear novos processos de desenvolvimento e comportamento.

Assim, a escola deve buscar “construir uma ação pedagógica que contemple o processo dialético de formação humana, envolvendo desde adultos a crianças pequenas (...). A criança se apropria da cultura e dos conhecimentos para dar continuidade ao percurso histórico que o ser humano realiza há muitos milênios”. (LIMA, 2001, p. 28).

Defende-se aqui, que “uma educação jamais pode, em casa ou na escola, em nome da ordem e da disciplina, castrar a altivez do educando, impor-lhe um quietismo negador do seu ser”. (FREIRE, 2000, p.33). As idéias do autor retratam o reconhecimento da importância da disciplina, mas nunca a prática da opressão.

Nesta direção, Vasconcellos (1998, p. 81) afirma que “a construção do relacionamento humano é fundamental para o processo educativo (...) Não podemos perder de vista que a construção do conhecimento em sala de aula necessita da construção da pessoa e esta depende da construção do coletivo, base de toda construção”.

O professor deve se envolver no processo de aprendizagem do aluno por completo, no qual “deve ter clareza de seu papel, ter firmeza quanto à postura em relação à disciplina”. (VASCONCELLOS, 1998, p.70).

Assim, o professor acaba sendo parte integrante e ativa da interação, orientando e ajudando a superar os entraves que surgem ao longo do processo de desenvolvimento. O compromisso do professor em exercer efetivamente o papel de mediador entre alunos e conhecimento é absolutamente importante e necessário.

O professor necessita antes de qualquer coisa, de conhecimentos, no qual a atualização faz parte deste processo. Segundo Demo (1998, p.19), “o conhecimento imprime uma coerência assustadora ao processo da inovação, porque assume como premissa essencial da inovação a auto-inovação”.

Com isso, podemos afirmar que o conhecimento provoca o desafio da atualização permanente, no qual o professor necessita desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes, ou seja, é ter condições de articular, buscando informações onde elas encontram-se atualizadas.

Dessa forma, a tarefa do professor não se restringe em transmitir o conteúdo pronto e acabado para seus alunos, mas sim na busca da construção do conhecimento, instigando nos alunos a curiosidade pelo novo.

Via de regra, a maioria das crianças constrói suas regras de convivência humana, primeiramente no contexto familiar e, seus principais referenciais são seus pais. Os pais, por sua vez, constroem estas regras por meio de negociações diárias, diálogos amistosos, ou, ordens expressa. Quanto mais explícitas e claras forem às regras, mais fácil será para a criança estabelecer relações democráticas com aqueles que a cercam.

A partir disso, o professor deve refletir diante do desenvolvimento da criança, entendendo que o “desenvolvimento não dependerá exclusivamente das experiências vivenciadas no interior da família, mas das inúmeras aprendizagens que o indivíduo realizara em diferentes contextos socializadores, como na escola” (REGO, 1996, p.98).

Sendo assim, Rego (1996, p.99) considera que a escola tem um papel relevante, oferecer a oportunidade da criança de ter acesso às informações e experiências, sendo elas novas e desafiadoras, “capazes de provocar transformações e de desencadear novos processos de desenvolvimento e comportamento”.

Rego complementa:

“A escola e os educadores precisam aprender a adequar suas exigências às possibilidades e necessidades dos alunos. Os alunos, por sua vez, mais do que obedecer e se conformar com as regras estabelecidas, devido ao receio de punições e ameaças, precisam ter a oportunidade de conhecer (e até discutir) as intenções que as originaram assim como as conseqüências caso sejam infringidas” (REGO, 1996, p. 9).

Nesse sentido argumenta Vasconcellos (1998, p.91).

“A atitude de diálogo é fundamental para a superação dos problemas de disciplina. Mas devemos ressaltar que estamos falando de diálogo no verdadeiro sentido. Antes de tudo, o professor deve tratar o aluno como ser humano, ou seja, acreditar na sua racionalidade: procurar fazê-lo refletir sobre o que está acontecendo, ajudá-lo a compreender as causas do seu comportamento, comprometendo-se mais em

colaborar com o aluno, do que em calá-lo para poder cumprir o programa". (VASCONCELLOS, 1998, p.91)

Entende-se que a família deve descobrir qual a melhor maneira de estabelecer uma boa relação com seus filhos, transmitir segurança, confiança, estabelecer regras flexíveis e justas, manter o diálogo e estar sempre presente, participando e atuando na vida da criança; isso também inclui a vida escolar das crianças. No entanto a família é a primeira instituição que marca a passagem para as outras interações sociais, portanto, deve permitir que a criança estabeleça limites, e se torne capaz de ajudar nas relações com os demais envolvidos no meio em que vivem.

Não obstante a existência de inúmeras situações familiares presentes numa sociedade desigual como esta em que se inserem as crianças brasileiras, Moreno e Cubero (*apud* REGO, 1996, p.97) oferecem referenciais para refletir acerca de três estilos de educação familiar:

- *Pais autoritários:*

Pouco comunicativos, pouco afetivos. São bastante rígidos, controladores e restritivos quanto ao nível de exigência dos filhos.

- *Pais permissivos:*

Difícilmente exercem o controle sobre a criança. São bastante tolerantes e até mesmo indulgentes em relação aos desejos, atitudes e impulsos infantis.

- *Pais democráticos:*

Conseguem um maior equilíbrio e a necessidade de controlar e dirigir as ações infantis, de exigir seu amadurecimento e independência. São comunicativos, afetivos e estimulam as crianças a expressarem suas opiniões.

Sendo assim, podemos considerar que o diálogo, o afeto, a par do estabelecimento de limites, constituir-se-iam em um possível caminho para que os pais pudessem construir junto aos seus filhos padrões de comportamentos sociais compreendidos, interiorizados e, conscientemente assumidos ao invés da imposição alienante de condutas.

Diante disso, o contato sistemático com as famílias é essencial para a escola. Aproxima os dois mundos – o da família e o da escola – favorecendo aprendizagens mútuas e enriquecedoras, especificamente em relação ao tema em estudo no presente trabalho.

Dessa forma, a instituição escolar deve pensar em formas mais variadas de estimular a participação dos pais nas escolas, atendendo a formas de interesses e necessidades diversificadas. É importante realizar reuniões freqüentes e significativas, bem como, planejar e implementar projetos que incluam a participação da família.

No que se refere à escola, importa considerar que o aluno indisciplinado não pode ser aquele que questiona, pergunta se inquieta e se movimenta; mas aquele aluno que não tem limites, que não respeita a opinião e sentimentos alheios.

Makarenko (*apud* FRANCO, 1986, p.62) afirma que “sem disciplina o trabalho escolar não pode alcançar o seu alvo, as suas finalidades”. A disciplina, então, é um meio, para se alcançar um objetivo comum: a garantia da qualidade de ensino.

Importa destacar que, cabe ao conjunto dos atores presentes no ambiente escolar, estabelecer normas institucionais, numa perspectiva democrática, por meio de debates, propiciando sempre o diálogo acerca da necessidade dessas normas no convívio escolar. Cabe também ao conjunto desses atores, validar essas normas no cotidiano escolar, comprometendo-se com elas e, ocasionalmente revisando-as e/ou reformulando-as.



As regras construídas em conjunto devem ser cobradas.
Fonte: www.falamestre.com.br

Nesta direção, Moreira (1996, p.46) afirma que: “Cabe à escola oferecer condições para que o educando desenvolva a autonomia juntamente com a construção de novos conhecimentos”

Para Vasconcellos (1998, p.42) “A disciplina consciente e interativa, portanto, pode ser entendida como o processo de construção da auto-regulação do sujeito e/ou grupo, que se dá na interação social e pela tensão dialética adaptação-transformação, tendo em vista atingir conscientemente um objetivo”.

Como podemos perceber, a disciplina é uma questão complexa, em que existe um mundo de influências (relação professor-aluno, família, sociedade...) e esta exerce enorme impacto no processo ensino-aprendizagem.

Batista (2003, p. 26) assinala também, um “aumento substancial das conseqüências da indisciplina no contexto escolar, que vai desde o problema da exclusão até conflitos na relação pedagógica”. De fato, observa-se no cotidiano da grande maioria das escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas, um quadro assustador, inquietante, de problemas relacionados com a indisciplina na escola, impondo aos educadores o aprofundamento da compreensão da disciplina como uma questão a ser investigada na busca de ações que superem estratégias de enfrentamento tanto batidas quanto inócuas, como por exemplo, a transferência dos problemas, via de regra, à orientação educacional, atitude esta, que na prática, resulta em minar a autoridade do professor e do próprio pedagogo, e assim, sem exagero, no âmbito de um processo de desmoralização, fortalecer a indisciplina.

Batista (2002, p.169) considera que os educadores devem utilizar diferentes estratégias metodológicas para conseguir a atenção, o respeito e a participação, bem como assumir uma atitude dialógica e democrática na relação com os alunos, na conquista da disciplina em sala de aula.

O desafio que se coloca na tarefa educativa é, de um lado, “... exigir esforço, dedicação, disciplina dos alunos e de outro, (...) construir uma proposta de trabalho significativa e participativa” (VASCONCELLOS, 1996, p.13).

Dessa maneira, a escola deve auxiliar os alunos, desde cedo, a construírem uma trajetória intelectual profícua. Cabe ao professor saber dosar as exigências e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento da autonomia do aluno, propiciando condições e estímulos para que o mesmo aprenda a organizar suas

atividades e horários, de forma autônoma e responsável; assumindo-se livremente como sujeito do próprio processo educativo em que se insere.

A partir de tais reflexões, percebe-se a necessidade de que a relação pedagógica seja construída de forma coletiva, cabendo a todos os envolvidos no trabalho pedagógico escolar e, em especial aos professores, assegurarem condições concretamente favoráveis à construção do conhecimento. Assim, o aluno se sente parte de um contexto organizado, solidário, criativo e comprometido com o êxito de todos em relação à contribuição possível da escola na formação humana de cada sujeito.

Gramsci (1982, p.136) associa a disciplina a um perfil de pessoa "... capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige". Dessa forma, a disciplina constitui-se como um fator essencial na formação do aluno como protagonista no processo de construção de seu próprio conhecimento. "Conhecimento este que se constitua em fator de elucidação da realidade e de inserção crítica (e, portanto, humanamente qualificada) nessa mesma realidade". (AIRES, 2008 p.5)

2.3 DISCIPLINA E QUALIDADE DE ENSINO

A escola, desde a sua origem, em diferentes contextos históricos, tem sido uma instituição estruturada no sentido de organizar, divulgar e sistematizar o conhecimento humano acumulado através dos tempos. Tem tido também, em diferentes contextos históricos e de forma diferenciada, proclamado e, às vezes, logrado atuar sobre a premissa de contribuir para formar seres que possam interagir na sociedade, de forma consciente, autônoma e transformadora buscando caminhos associados ao próprio processo de apropriação do conhecimento que a escola enseja.

Segundo a LDB 9394/96, a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como indicativo para a ação da escola neste processo de desqualificação Villela (2006, p. 42) aponta a necessidade de formação de pessoas "... com capacidade para aprender a aprender, a pensar, a resolver problemas, a ser criativo, crítico, autônomo, (...) pessoas que tenham condições de se comunicar eficientemente e competência para atuar de maneira consciente, responsável, construtiva e solidária

na sociedade”. (Revista Pátio, jan/ 2006, p. 42).

Portanto, a principal função social da escola é priorizar o aluno como sujeito de sua história. Que este seja capaz de perceber-se na prática e oralidade, nos seus gestos e atitudes a sua maneira de ser e vivenciar o mundo. Assim, a escola reconhece sua função social e política, determinada pelo seu papel de formadora para o exercício da prática produtiva e da cidadania.

Percebe-se, no exposto, a necessidade de, na atual conjuntura brasileira, educadores e educandos comprometidos em produzir no âmbito escolar, em seus diferentes níveis a qualidade de ensino que interessa ao povo brasileiro, mormente a aqueles segmentos presentes na escola pública brasileira. Nesse sentido, é válido e apropriado afirmar que o processo ensino aprendizagem acontece através do estabelecimento de uma relação de causa e efeito, que é o produto da troca de informações e das experiências pessoais entre professor e aluno.

Nessa troca, os resultados serão marcantes e especiais, na medida em que marcantes e especiais forem o empenho, a responsabilidade e as influências mútuas de quem ensina aprendendo e de quem aprende se educando.

Para Vygotsky (1989, p.171) “aprender é mais do que pensar; é desenvolver habilidades especiais para pensar sobre muitas coisas, as mais variadas e diferentes coisas que o viver nos oferece e entender todas as mensagens que a atenção e a observação possam captar do mundo que nos cerca”. Então, a escola é *locus* privilegiado de construção de saberes, é, principalmente, a sala de aula, por encerrar possibilidades de concretização do processo de ensino aprendizagem numa perspectiva dialógica e crítica, distinguindo-se por isso, de outros ambientes com foco na informação.

Nesta perspectiva, ganha relevo a questão da disciplina como pré-requisito, como condição, como pressuposto para um trabalho pedagógico qualificado. Certamente conflitos surgirão ao longo desse processo, no qual a disciplina figura, muitas vezes como causa e outras tantas como efeito de um processo equivocado; seja do ponto de vista dos fins perseguidos, da trajetória metodológica adotada, das relações pessoais que se estabelecem nesse mesmo processo pedagógico escolar, dentre outros. Cabe a cada educador, juntamente com seus educandos e demais envolvidos no trabalho escolar avaliar as circunstâncias, em que se dá a indisciplina,

a fim de buscar, coletivamente, providências no sentido de seu enfrentamento e superação.

No tocante a isso, é imprescindível que desde o início do ano letivo, sejam estabelecidas (em conjunto – equipe pedagógica, professores, pais e alunos) regras ou normas que favoreçam a convivência e o andamento da vida escolar. É bom lembrar que se faz necessário também ao longo do tempo, relembrar, discutir, renovar se for preciso, tais regras. Importa ainda, abrir espaços de discussão freqüente, também no coletivo, no sentido de colocar em questão a cultura escolar consagrada pelo senso comum, naqueles aspectos que evidenciam ou provocam a indisciplina.

Souza (2006, p.117) alerta:

“As relações estabelecidas em sala de aula, entre professores e alunos (...) necessitam ser bem compreendidas pelos alunos. Ou seja, os lugares, responsabilidades diferentes de alunos e professor, as expectativas que se têm sobre comportamentos e atitudes dos alunos dentro (e até mesmo fora) da sala de aula precisam ser compreendidos pelos alunos. Cabe ao professor exercer com clareza, seriedade e segurança sua autoridade (...) em sala de aula, para que alunos tenham maiores chances de sucesso na escola”. (SOUZA, 2006, p.117)

Entendemos que se acordos forem estabelecidos, em conjunto, todos serão co-responsáveis, pelo êxito ou não ao final do processo. A esse respeito Giglio (1999, p.191) comenta: “Envolver os alunos, funcionários e pais no planejamento e acompanhamento do trabalho escolar facilita o desenvolvimento da co-responsabilidade, e exercita o relacionamento social em várias dimensões”.

A relação entre disciplina e qualidade de ensino, impõe de maneira crucial a revisão dos conceitos de autoridade e autoritarismo. A propósito, Freire (1989, p.4,5), afirma:

“É incrível a confusão entre autoritarismo e expressão viva da autoridade. É preciso separar esse “traço” e criticar, dizer não. A autoridade é necessária como a liberdade. É preciso deixar de aceitar de um lado o autoritarismo e, de outro, a licenciosidade. Porque na licenciosidade tu também não tens liberdade, tu tens anarquia, não no sentido filosófico, tu tens “nada”, tem “bagunça”. (...) acho que a disciplina é uma das tarefas da autoridade, é trabalhar no sentido de a liberdade assumir a disciplina como necessidade e boniteza”. (FREIRE, 1989, p.4,5)

Enquanto o autoritarismo se impõe, a autoridade se conquista, no âmbito escolar, pela mediação de uma docência assumida de forma democrática, dialógica, séria, responsável e comprometida com o êxito escolar do conjunto dos educandos.

Ora, se as regras são elaboradas com a participação de todos os envolvidos, cria-se um ambiente de compromisso, respeito e democracia; a autoridade do professor tende a ser compreendida e acatada em benefício do próprio trabalho pedagógico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação científica propõe a superação da reprodução, repetição e cópia do conhecimento existente. Tal ação possibilita uma discussão sobre a sociedade da informação, na qual o conhecimento está disponível em quantidades cada vez maiores, em especial nos meios de informações e de comunicação em massa. O grande desafio, nesse contexto, está na interpretação, no discernimento com que se tratam as fontes de informação. Sem a contextualização histórica da informação, aliena-se o indivíduo em detrimento da própria constituição de si mesmo como agente e sujeito histórico, reduzindo-se a mero expectador sem responsabilidade ou participação no processo social em que se acha inserido.

No sentido da constituição do sujeito histórico, a pesquisa científica se apresenta como uma atividade humana, na busca de respostas para as indagações propostas pela prática social. Assim, é necessário ir a campo coletar dados que possibilitem a obtenção de elementos que possam subsidiar a reflexão em resposta às inquietações abordadas. Na trajetória dessa atividade humana, especificamente no campo da pesquisa educacional, diversos são os caminhos que tem sido trilhados pelos pesquisadores na busca de respostas para os problemas educacionais que se lhes apresentam.

Dentre estas opções metodológicas, no campo educacional, o paradigma da pesquisa qualitativa tem se mostrado bastante profícuo ao estudo dos fenômenos educacionais, por possibilitar o conhecimento da realidade no seu dia-a-dia, e um redirecionamento do trabalho desenvolvido.

Por outro lado, atribui relevante importância aos conhecimentos teóricos já existentes, correlacionando-os à prática estudada e levantando novos dados para elaborar um novo saber. A teoria, na pesquisa qualitativa, constitui-se em uma tentativa de explicação para o objeto de estudo, é, nas palavras de Menga Lüdke¹, “um pilar para se lançar ao novo”. Para ela, não há pesquisa sem teoria, nessa concepção, enquanto que, a prática evidencia a teoria, é sua matriz.

Assim, a metodologia utilizada para a realização deste estudo, inclui a revisão bibliográfica possibilitando embasar teoricamente a reflexão sobre o tema abordado, com vistas a contribuir para a superação desta problemática na escola.

¹ Menga Lüdke, em conferência intitulada “Abordagens qualitativas na pesquisa educacional” proferida na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Setor de Educação da UFPR, em setembro de 1994.

Para tanto, foi realizado levantamento de bibliografia que trata do tema, selecionando as abordagens mais significativas, tomando como critérios os objetivos propostos no presente trabalho.

A par da pesquisa bibliográfica, o presente estudo inclui a análise documental de propostas pedagógicas e uma pesquisa de campo buscando as concepções presentes nos documentos e na visão de um grupo de educadores acerca do tema da indisciplina no âmbito do trabalho pedagógico escolar com vistas a, na linha da pesquisa qualitativa, trazer elementos que possam subsidiar o processo de enfrentamento, revisão e transformação desta problemática na escola-campo da pesquisa.

O trabalho de campo foi desenvolvido por meio de questionários para os professores (Anexo I) e entrevista estruturada com a Coordenadora pedagógica da escola. (Anexo II) .A escola em questão, pertence à rede pública do município de Brusque, SC.

Pretende-se com este estudo, basicamente:

- Analisar a questão da disciplina escolar em seus desdobramentos pedagógicos e políticos.
- Reafirmar a importância da disciplina escolar como meio para a efetivação de uma qualidade de ensino, que, pela via do acesso aos bens culturais, se constitua em fator de democratização social.
- Levantar subsídios que possam contribuir para o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar na superação da indisciplina.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os 23 professores respondentes do questionário atuam regularmente na escola, no ensino fundamental de 1º ao 9º ano. Em termos de sua formação inicial, a grande maioria possui ensino superior completo.

TABELA 1 – FORMAÇÃO

Ensino Médio	01
Ensino Superior (em andamento)	01
Ensino Superior Completo	20
Especialização	05

Vivemos hoje, num contexto de desenvolvimento acelerado de transformações tecnológicas, científicas, econômicas e culturais, que determinam a necessidade do homem ampliar o seu próprio conhecimento. Para tanto, buscar novos conhecimentos tornou-se a essência do contexto atual, e nele insere-se a escola, com a função de potencializar o saber.

De acordo com Garcia (2002, p.375), “a questão da indisciplina escolar tem exigido tanto novas respostas teóricas como avanços efetivos na prática docente, decorrentes da crescente complexidade que ela tem assumido nas escolas de educação básica”. Sendo então, necessário, que cada profissional busque subsídios teórico-práticos para poder lidar com suas dificuldades cotidianas em sala de aula.

Percebe-se aqui um ponto favorável em relação ao tema em estudo, entre os profissionais pesquisados, o que evidencia, por outro lado, estarem em sua maioria atendendo a Legislação em vigor (LDB 9394/96) que diz em seu artigo 62:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, oferecida em Nível Médio, na modalidade Normal”. (BRASIL, LDB 9394 / 96, art. 62)

Trata-se de um grupo heterogêneo de professores em relação ao seu tempo de atuação.

TABELA 2 - TEMPO DE ATUAÇÃO

Entre 01 e 05 anos	10
Entre 10 a 15 anos	03
Entre 15 a 20 anos	05
De 20 a 25 anos	04
Acima de 25 anos	01

É imprescindível que os profissionais da educação, dêem continuidade aos estudos para ficarem atualizados quanto às modificações na área do conhecimento da disciplina que lecionam e também por uma razão “muito mais premente e mais profunda, que se refere à própria natureza do fazer pedagógico. Esse fazer que é o do domínio da *praxis* e, portanto, histórico e inacabado” (BARBIERI, CARVALHO E UHLE, 1995, p. 32).

Entendemos que, a formação básica do professor, mesmo que tenha sido bem alicerçada, possivelmente não dará mais conta das mudanças rápidas e diversificadas que acompanham a evolução das condições do exercício profissional, pois a finalização de um curso não é um processo que se encerra na formação inicial. Impõe-se assim, a formação continuada como condição indispensável para o enfrentamento dos desafios do cotidiano escolar, mormente em relação à crucial problemática da indisciplina.

4.1 CONTEXTO ESCOLAR PESQUISADO

A escola escolhida para auxiliar na análise faz parte da Rede Municipal de Educação, na cidade de Brusque-SC. Ela possui um Projeto Político Pedagógico que se propõem a contemplar, basicamente, as necessidades da comunidade escolar, uma vez que, segundo os professores respondentes e a coordenadora pedagógica entrevistada, este projeto foi elaborado, com a participação dos docentes, equipe pedagógica e representantes das famílias da comunidade escolar. Este projeto foi elaborado, também, em concordância com a Proposta Curricular da

Rede Municipal de Ensino de Brusque, atendendo aos critérios ali mencionados.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA DAS ESCOLAS DE BRUSQUE

O texto do projeto político-pedagógico, da unidade escolar pesquisada, fundamenta-se na pedagogia histórico-crítica, em consonância com a Proposta Curricular, elaborada em conjunto pelos professores da Rede Municipal de Ensino de Brusque.

“Quando nos remetemos à educação escolar, pensamos no desenvolvimento do educando através de uma prática pedagógica que lhe possibilite ser sujeito de sua própria história, (...) Sendo um processo contínuo de apropriação dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade, a educação deve proporcionar a formação de um sujeito autônomo, crítico, reflexivo, consciente de seu papel ativo na sociedade, interagindo com outros sujeitos, com valores e culturas diferenciadas, caminhando para ações e decisões efetivas na transformação da sociedade”. (Proposta Curricular do Município de Brusque, 2001, p.9).

A partir desse delineamento, os professores da rede municipal de ensino devem adaptar sua postura teórico-metodológica para esse fim, ou seja, possibilitar através de seu trabalho, que os educandos não apenas participem, mas que, efetivamente, tenham condições de contribuir como sujeitos para transformação de seu contexto escolar na direção de seus interesses como cidadãos naquilo que a escola oferecer de mais qualitativo em sua formação humana.

4.3 PROCESSO ENSINO - APRENDIZAGEM

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, o processo ensino-aprendizagem é principalmente pautado na relação de troca:

“A base de uma boa educação é a busca do bom relacionamento entre os profissionais e também destes com a comunidade escolar (pais e alunos), um relacionamento sincero, compreensível, respeitando o individual, trabalhando pelo coletivo, bem organizado e planejado, onde cada um observe também suas responsabilidades e compromissos na escola numa troca de muitas informações sobre os mais variados temas, os mais harmoniosos possíveis, pois os alunos, bem como seus pais devem ver no professor alguém disposto a orientá-lo, fazê-lo crescer e não de alguém ameaçador, distante ou como único responsável pela educação de seu filho” (Projeto Político Pedagógico Escola...2002, p.29)

Podemos então, verificar que, há uma preocupação com a relação professor / aluno. Isso porque, em nenhum tempo foi tão importante restabelecer a preponderância da figura do professor, num mundo acriticamente tecnologizado e carente do diálogo humano e humanizante.

4.4 RELAÇÃO PROFESSOR /ALUNO

Na Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Brusque, a interação aparece como categoria de grande importância no processo de ensino e aprendizagem: “como a interação assume um papel fundamental na construção dos conhecimentos, o papel fundamental do educador é o de ser mediador desse processo, possibilitando ao educando oportunidades e condições de enfrentar desafios a sua aprendizagem”. (Proposta Curricular do Município de Brusque, 2001, p.10)

Assim, a relação professor-aluno e dos alunos entre si deve, antes de tudo estar pautada num relacionamento de respeito, compreensão, solidariedade e trocas, como alicerce sobre o qual se possa construir um exitoso processo de ensino e aprendizagem.

Não obstante o chão da escola revela com freqüência um quadro diverso e, nele, via de regra, estão presentes as dificuldades relacionadas à questão da indisciplina. O próprio Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada assim o anuncia:

“O adolescente é um estopim – não é criança nem adulto. Alguns são sufocados por mimos desmedidos, outros estão à deriva, carentes de amor e de atenção. Na escola, o desfile de autoridades, acompanhado de uma boa dose de busca neurótica de disciplina, contribui pouco para que tenham referenciais e encontrem alento nessa fase tumultuada da vida.

Urge que não apenas pais, mas também pedagogos descubram uma nova forma de lidar com a questão. Em vez de um professor rigoroso do ponto de vista comportamental, talvez seja melhor investir no professor como parceiro mais experiente, entusiasta de conquistas. O olhar de quem enxerga cada jovem

individualmente, de quem conhece a história de cada um. Se o conhecimento e os bons modos são fundamentais, a forma de transmiti-los precisa ser sedutora. A sedução começa com a valorização, e a relação frutifica no respeito. Assim o professor se torna amigo, sem deixar de ser referencial, sem banalizar sua missão de educar". (Projeto Político Pedagógico Escola...2002, p.25)

Podemos perceber que tanto o Projeto Político Pedagógico quanto a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, estão em consonância teórica quanto à centralidade de uma interação que favoreça a aprendizagem. Importante notar que na citação acima, o texto da escola anuncia a inocuidade de medidas adotadas no enfrentamento de dificuldades na constituição dessa interação. Sem dúvida, o cotidiano escolar, como outros âmbitos da prática social, é atravessado por múltiplas contradições, comporta imensos desafios, o que impõe o aprofundamento da discussão do tema e o envolvimento efetivo de todos os segmentos envolvidos na busca de soluções para além daquelas anunciadas nesses documentos.

A grande maioria dos professores que colaborou respondendo o questionário, relaciona sua concepção de disciplina ao respeito mútuo entre professor e aluno. Muitos deles afirmam perceber que essa concepção está em consonância com a visão da Equipe Pedagógica. No entanto, afirmam, também, que nem sempre as situações de indisciplinas são superadas.

Essa maioria relaciona a indisciplina com o mau comportamento dos alunos, incluindo, falta de respeito, descontrole emocional, desobediência às regras. Afirmam que há a necessidade de instituir regras que assegurem condições básicas de convívio. Com efeito, a ausência dessas regras caracteriza a categoria denominada *anomia*, ou seja, falta de normas, ou de limites, o que, sem dúvida, dificulta drasticamente a convivência social.

O conjunto dos professores pesquisados admite o fato de que a disciplina é um fator determinante no êxito escolar e expressa a compreensão da necessidade de que o professor exerça sua autoridade em sala de aula.

Vale lembrar que tal autoridade carece ser exercida na perspectiva democrática e não por meio de imposição. Sem dúvida, tal imposição acarretaria o autoritarismo domesticador e avesso à constituição da autonomia dos sujeitos, que cabe a uma escola que se diga democrática, intransigentemente, defender.

Nesse sentido, reafirma-se, insistentemente, no âmbito do presente trabalho, a necessidade da constante reavaliação de concepções e práticas, presentes na escola, em relação à questão da disciplina; pois, discutir, reavaliar concepções,

intermediar conflitos junto com a comunidade escolar, dividir responsabilidades, reconhecer e corrigir falhas, ter coragem de reaprender, são ações que promovem a cidadania no sentido de que provocam mudanças na direção de um trabalho pedagógico escolar consistente em relação aos interesses do aluno.

Em entrevista, a equipe pedagógica informou que os conflitos são mediados pelo corpo docente e equipe pedagógica, num esforço mútuo para a resolução dos problemas que surgem ao longo do processo. Para isso, são realizadas reuniões periódicas a cada bimestre, se necessário for, mais de uma. Pais e alunos são convidados a discutir os conflitos que os envolvem, cada qual assumindo suas responsabilidades. Esta estratégia acha-se expressa no Projeto Político Pedagógico, formulado de forma democrática, na qual toda a comunidade escolar assim o decidiu.

No que diz respeito ao comprometimento da escola, em relação à qualidade do ensino, tanto os professores quanto a coordenadora pedagógica, são unânimes em afirmar que todos assumem este compromisso, embora, haja aqueles que admitam o fato de que *há alguns mais comprometidos do que outros*. Concordam, também, entre si, que a autonomia da própria escola ainda não seja uma realidade. De fato, considerando a complexidade do que seja uma escola, muitos são os determinantes que interferem no processo de tomada de decisões que possam ir ao encontro da construção dessa autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de elaboração e execução de um trabalho acadêmico na linha da pesquisa qualitativa, planejado e com objetivos definidos, permitiu, de certa forma, nas palavras de Saul (1992, p.27) "...um recuo crítico do grupo da instituição que passa a assumir a crítica de sua própria ação, através de procedimentos de reflexão sobre a sua prática e (...) o delineamento de alterações necessárias no curso da ação." Assim, em tese, espera-se que o presente estudo subsidie novas reflexões, visando o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico especificamente no que se refere ao tema estudado. Este foi o propósito: incentivar a reflexão acerca da temática abordada a fim de que, todos os envolvidos no processo educativo possam investir na qualidade não só da educação, mas da sociedade em que vivem.

Neste processo de reflexão a ser desenvolvido na escola, numa perspectiva coletiva, se impõe aprofundar a compreensão das causas da indisciplina escolar, em outras palavras tentar superar o senso comum como explicação dessas causas, uma vez que, frequentemente, se reduz esta compreensão a situações problemáticas presentes na pessoa do aluno indisciplinado.

De acordo com Rosenberg:

"a criança indisciplinada está tentando dizer alguma coisa para a professora. É preciso saber ouvir e compreender a mensagem que se esconde por trás do comportamento manifesto como indisciplinada". (Rosenberg, 1985). O que o aluno poderia estar tentando dizer ao professor com os constantes atos de indisciplina? Possivelmente que a escola que aí está não lhe proporciona alegria, satisfação e tampouco uma aprendizagem consistente, estando, desta maneira muito distante de suas aspirações e necessidades". (Franco 1986, p.65) .

O que mais o aluno poderia estar *tentando dizer*...

Dentro da própria escola o aluno visualiza "modelos" de comportamentos e atitudes pautadas na verdadeira disciplina?

A disciplina para Gramsci significa a capacidade de comandar a si mesmo (...); significa a consciência da necessidade livremente aceita, na medida em que é reconhecida como necessária para que o organismo social qualquer atinja o fim proposto. Para Gramsci, a disciplina não é o oposto da liberdade e tampouco algo que pode ser fixado de fora, do exterior. Ao contrário, "disciplinar-se é tornar-se independente e livre".(GRAMSCI *apud* FRANCO, 1986, P.62)

É essencial ao enfrentamento dos problemas de indisciplina, que todos os

segmentos da comunidade escolar se debruçam honestamente sobre suas causas na busca coletiva dessa compreensão aprofundada de suas causas e dos caminhos efetivos na reorganização do trabalho pedagógico escolar na direção da superação desses problemas.

Importa considerar, com Vieira Pinto (2003, p.32): “A educação é uma atividade *teleológica*. A formação do indivíduo sempre visa a um fim. Está ‘dirigida para’.” Assim, essa reorganização do trabalho pedagógico aqui proposta, carece de estar voltada para a consecução dos fins maiores da educação escolar, associados, inseparavelmente, ao seu compromisso político com a humanização do ser humano, de suas condições de vida, de sua inserção conscientemente qualificada no meio social. Vale destacar que o âmbito de atuação da escola no exercício desse compromisso político liga-se fundamentalmente à questão do conhecimento. Encontrar formas de assegurar a democratização do saber é papel da escola na democratização da própria sociedade.

E como assegurar essa democratização do saber no interior de uma escola minada pela indisciplina de seus vários segmentos?

Espera-se, com este breve estudo, ter contribuído para o despertar de novas reflexões, não só nos educadores, mas em todos os leitores, em relação à importante questão da disciplina, especialmente, em sua relação com a organização do trabalho pedagógico escolar de modo a viabilizar, no interior e no cotidiano da escola, o imperativo de que esta possa cumprir o papel político que lhe cabe no seio da prática social.

O cumprimento desse papel passa pela revisão teórico-prático do trabalho escolar. A título de síntese e de algumas proposições ou indicativos podem ser destacados como subsídios para a reflexão quanto à reorganização do trabalho pedagógico escolar:

- Partir do pressuposto de que a questão da disciplina na escola é ampla e complexa comportando desdobramentos de ordem pedagógica, social e política;
- Considerar que essa questão não pode ser tratada com superficialidade ou de forma fragmentada;
- Privilegiar a forma coletiva de enfrentamento da questão, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar em sua discussão e na formulação / reformulação de normas disciplinares que façam sentido

para todos;

- Planejar de forma democrática o desenvolvimento curricular de molde a contemplar os interesses e necessidades da comunidade escolar;
- Buscar estratégias teórico-práticas de ensino, que favoreçam a disciplina em sala de aula, estimulando e criando condições concretas para a participação e a constituição da autonomia de todos;
- Investir na qualidade do relacionamento no âmbito das relações pessoais.

Antes de concluir é importante lembrar que, sobre o trabalho pedagógico escolar incidem múltiplas determinações para além do cotidiano em que ele ocorre, cotidiano este que se constitui em recorte do tema, no presente trabalho, o que não significa, em absoluto, que determinações tais como o poder do Estado, sob a forma de políticas educacionais seja irrelevante no estudo aqui desenvolvido. Não obstante, importa também salientar o poder transformador potencialmente presente neste cotidiano pela presença de pessoas que podem refletir, discutir e ir , como sujeitos, historicamente assumindo seu papel.

Assim é que concluímos com Foucault:

Eu não estou querendo dizer que o aparelho de Estado não seja importante, mas me parece que entre todas as condições que se deve reunir...para não recomeçar a experiência soviética, para que o processo revolucionário não seja interrompido... uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados.

Se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não podemos nos ater unicamente em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital maior - quase único- do poder de uma classe sobre outra. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo porque cada um de nós é no fundo, titular de um certo poder e por isso veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apóiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (FOUCAULT,1982, p.149-150)

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. A desordem na relação professor-aluno: Indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 7. ed. São Paulo: Summus, 1996.

_____. **Autoridade na escola**. In: AQUINO, J. G. (org) **Autoridade e Autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.

AIRES, M. C. B. O curso de pedagogia na universidade necessária: desafios da formação. In: **Pedagoinfo, informativo do curso de pedagogia da UFPR**, nº 1, 2008.

BRASIL. Governo. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394 / 96.

BARBIERI, M. R.; CARVALHO, C. P.; UHLE, A. B. Formação continuada dos profissionais de ensino: algumas considerações. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, p. 29-35, 1995.

BATISTA, A. **Disciplina na escola: "Um Desafio aos Educadores"**. In: Futuro, congressos e eventos. **Temas em Educação I**. Livro das jornadas, 2002.

BRUSQUE-SC. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Padre Luiz Gonzaga Steiner. 2002.

BRUSQUE-SC. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino**. Secretaria Municipal de Educação. 2003.

CARDOSO, S. M. Estabelecendo Limites. Adultos servem de padrão de identificação para crianças. **Revista do Professor**, Porto Alegre, 1998.

COLAÇO, M. R. **O primeiro encontro**. In: PILETTI, C. Didática Geral. São Paulo. Ed, Ática. 1987.

DEMO, P. **Questões para a teleducação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FOCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Graal, 1982.

FRANCO, L.A. C. **A disciplina na escola**. In: Revista da ANDE, São Paulo, nº 6, 1986.

FREIRE, P. Dialogando sobre disciplina com Paulo Freire. In: D'ANTOLA, A. (org.) **Disciplina da Escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.

_____. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRELLER, A. C. **Histórias de indisciplina escolar**: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva Winnicottiana / FRELLER, C. C. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2001.

GARCIA, J. **A gestão da indisciplina na escola**. In: ESTRELA, A.; FERREIRA, J. (orgs.). Indisciplina e violência na escola. XI Colóquio na AFIRSE, 2002. p. 375-381.

GIGLIO, C. M. B. A violência escolar e o lugar da autoridade: encontrando soluções partilhadas. In: AQUINO, J. G. (org.). **Autoridade e Autonomia na Escola Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

GONÇALVES, N. G. **Educação**: as falas dos sujeitos sociais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LIBÂNEO, J. C. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: CANDAU, V. M. (org.). **Didática, Currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2. ed. 2001.

LIMA, E. S. **Como a criança se desenvolve**. São Paulo: GEDH, 2001.

MOREIRA, P. R. **Psicologia da Educação**: Interação e identidade. São Paulo: FTD, 1996.

NETO, A. C. S. Os avanços e desafios da relação ensino-aprendizagem. In: **Revista Profissão Mestre**, Curitiba, 2009.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. 13.ed. São Paulo, Cortez, 2003.

REGO, T. C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na Perspectiva Vygotskiana. In: AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

ROSENBERG, R. L. **Psicologia dos superdotados**: identificação, aconselhamento e orientação. Rio de Janeiro: J. Opympio. 1985.

SAUL, A. M. Avaliação Emancipatória: uma abordagem crítico- transformadora. **Tecnologia Educacional**. v.21.(104), jan./ fev. , 1992.

SOUZA, D. T. R. Entendendo um pouco mais sobre o sucesso (e fracasso) escolar: ou sobre os acordos de trabalho entre professores e alunos. In: AQUINO, J. G. (org.). **Autoridade e Autonomia na Escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: SUMMUS, 2006, v. , p. 115-129.

TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus, 1996^a.

_____ **Limites**: Três dimensões educacionais. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

TAPIA, J. A; FITA, E. C. **A motivação em sala de aula**. O que é, como faz. São Paulo: Loyola, 1999.

TARDIF, M. Os professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade, prática e saberes no magistério. In: CANDAU, V. M. (org.) **Didática, Currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VASCONCELLOS, C. S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 10. ed. São Paulo: **Cadernos Pedagógicos** Libertad, 1998.

VILLELA, C. G. L. S.; QUENTAL, J. G. S. Que tipo de empreendedorismo deve ser incentivado pela escola? In: **Revista Pátio**. Artmed. Nov/2005 a jan/2006.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone / EDUSP, 1989.

ANEXO 1

PESQUISA DE CAMPO

Prezado Professor (a), gostaria de contar com sua colaboração na pesquisa que estou realizando como aluna do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico da Universidade Federal do Paraná. Entendo que sua contribuição ajudará na explicitação teórico-prático do meu objeto de Pesquisa: **“A Questão da Disciplina / Indisciplina na Escola”**.

IDENTIFICAÇÃO

NOME (opcional): _____

1. FORMAÇÃO ACADÊMICA: _____

CURSO: _____

INSTITUIÇÃO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____

• FORMAÇÃO EM OUTROS NÍVEIS:

() ESPECIALIZAÇÃO () MESTRADO

() DOUTORADO () PÓS-DOUTORADO

OBS: Em caso afirmativo em qualquer das alternativas, favor especificar o nome do curso, instituição em que realizou e o ano de conclusão.

2. ATUAÇÃO:

• Tempo de atuação no magistério: _____ anos _____ meses.

Tempo de atuação na escola: _____ anos _____ meses.

• Disciplina (s) em que atua: _____.

• Turma (s) em que atua: _____.

ANEXO 2**QUESTIONÁRIO**

1. Para você, qual o significado do termo disciplina?

2. Segundo suas percepções, quais são as atitudes e comportamentos que fazem você classificar uma atitude como indisciplinada?

3. Você considera importante para o aluno conviver com limites e regras? Por quê?

4. Como a indisciplinada interfere no processo ensino / aprendizagem? Exemplifique.

5. Cite algumas providências que deveriam ser adotadas pelas instituições de ensino perante a indisciplinada.

Brusque, ___/___/___

Muito Obrigada!

ANEXO 3

ENTREVISTA PARA A EQUIPE PEDAGÓGICA

1. Qual a concepção de disciplina adotada pela escola?
2. A concepção da EP acerca do processo da construção da disciplina na escola vai de encontro à concepção dos professores ou revela-se contraditória?
3. Como a EP enfrenta a questão da disciplina / indisciplina?
4. Como é organizado o trabalho pedagógico na escola? Quais os avanços na compreensão e superação do problema da indisciplina na organização do trabalho pedagógico na escola?
5. Como se deu o processo de construção, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico?
6. Existe formação continuada para os professores na escola? Como são realizados esses encontros?
7. Com que frequência são realizadas reuniões com os professores? E com os pais? A EP oferece suporte aos professores no que se refere à indisciplina dos alunos?
8. As regras da escola foram elaboradas em conjunto com os alunos?
9. Quais os projetos da escola? Existe comprometimento dos profissionais da escola com um ensino de qualidade?
10. A gestão escolar é efetivamente democrática? Quais os limites dessa autonomia?